

## BALANÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI: ÉTICA E TRANSPARÊNCIA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

### RESUMO

*A universidade pública possui um papel importantíssimo para a comunidade e, divulgar o BS é uma forma de dar transparência e divulgar seus compromissos sociais. Por isso, surge a necessidade de elaboração e divulgação de um BS. O modelo proposto de BS visa contribuir na governança e transparência pública, no processo decisório e planejamento estratégico das funções administrativas, de ensino, pesquisa e extensão da UFSJ, por meio da incorporação de variáveis sociais, econômicas e ambientais, na auto-avaliação institucional, nos valores, na missão e na visão do projeto UFSJ. Foram abordados como principais critérios de divisão desse modelo, as atividades fins da instituição, no caso Ensino, Pesquisa e Extensão. O modelo contempla os resultados de três exercícios anuais, o que propicia um retrato da dinâmica do processo de implementação de um modelo de gestão universitária sustentável. É eminente a preocupação das universidades em demonstrar suas ações sociais para a sociedade. Assumindo a responsabilidade social, as Instituições de Ensino Superior estão contribuindo para o desenvolvimento cultural, ambiental, econômico e social deste país. Divulgar um Balanço Social, além de esclarecer para a sociedade que as Universidades estão preocupadas com o social, trará transparência na sua gestão e credibilidade para a instituição. Pretende-se que proposta de BS apresentada venha a ser um exemplo a ser utilizado por qualquer Instituição Pública de Ensino Superior, com o objetivo de dar transparência a seus atos.*

**PALAVRAS – CHAVE:** Balanço Social; Responsabilidade Social; Ética; Transparência

### 1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre o papel social das empresas tem sido, nos últimos anos, tema de debates nos meios acadêmicos e empresarial. Não há consenso sobre a atuação das empresas em projetos de cunho social. Porém muitas ações são desenvolvidas e, em alguns casos divulgadas. A sociedade vê hoje as empresas como grandes consumidoras de recursos naturais, que utilizam a força de trabalho da sociedade. Desta forma deveriam ir além do objetivo de gerar impostos, empregos e contribuir para o desenvolvimento econômico do país.

Para Gonçalves (1980) *apud* Kroetz (2000, p.69), a “entidade é acima de tudo um poder que representa uma força sócio-econômica-financeira determinada, com sua potencialidade de empregos, de expansão, de criatividade, que pode influir decisivamente na melhor ou pior qualidade de vida da cidade em que está”.

As instituições públicas, principalmente pelo fato de serem mantidas com recursos públicos, devem também ir além do papel constitucional a elas estabelecido. As universidades se inserem dentro deste contexto. A Responsabilidade Social - RS em uma Instituição Federal de Ensino Superior - IFES é algo bem amplo, estando relacionada com projetos de extensão universitária – inserção na comunidade e na sociedade, com o ensino - oferecimento de vagas e cursos em horário que o trabalhador possa estudar e com a pesquisa – gerando resultados que podem se traduzir por exemplo em desenvolvimento tecnológico.

A discussão sobre a RS das empresas leva também a se discutir sobre a necessidade de se divulgar ou não as ações sociais. Desde os anos 1960 se encontram iniciativas da publicação de relatórios sociais. No Brasil, o debate sobre o tema foi intensificado a partir dos anos 1990, através de uma iniciativa do sociólogo Herbert de Souza, o “Betinho”, que fez

uma verdadeira cruzada pela necessidade das empresas publicarem e darem publicidade às suas ações sociais, através de um relatório denominado Balanço Social.

Para uma IFES a necessidade de divulgar um BS se faz na medida em que a sociedade vê esta instituição como utilizadora de recursos públicos, havendo, portanto, a necessidade de uma prestação transparente de contas. Divulgar o BS é uma forma de mostrar a transparência de todos os atos praticados pela entidade

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

A sociedade vem se desenvolvendo e se transformando ao longo dos tempos. Novos hábitos e exigências são cobrados dos governantes e das empresas. Porém nesse novo mundo globalizado a persistência da pobreza é inevitável, os indivíduos precisam de uma sociedade mais próspera e menos desigual. É com o objetivo de preencher as lacunas deixadas pelo Estado em relação à qualidade de vida dos indivíduos, e por uma visão estratégica, que nasce nas organizações o sentimento de cidadania, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável.

No decorrer do século XX registram-se as primeiras manifestações a favor da idéia da Responsabilidade Social - RS por parte das empresas. A segunda Guerra Mundial e a Guerra do Vietnã deixaram a sociedade traumatizada. A população passou a criticar e a questionar as organizações que somente priorizavam os lucros e que causavam destruição ao meio ambiente. Nas décadas seguintes a idéia de RS continuou a se firmar. Contudo, foi a partir dos anos 1960 nos Estados Unidos e na Europa, que a sociedade iniciou uma cobrança por maior responsabilidade nas empresas (ASHLEY, 2005).

Responsabilidade Social pode ser entendida como o comprometimento da organização com todos aqueles que com ela interage. As empresas em função de seus lucros, da facilidade de aquisição de riquezas, do seu poder político, devem adotar diante dos diversos problemas que possui a sociedade, uma postura transformadora, devendo ter responsabilidades diante dos indivíduos e contribuir para a solução dos problemas sociais e ambientais.

Conforme Oliveira (2002, p. 205) “responsabilidade social é o objetivo social da empresa somado à sua atuação econômica. É a inserção da organização na sociedade como agente social e não somente econômico.” Ainda definindo, Orchis *et. Al.* (2002, p. 56) enfatizam que RS “é a expansão e evolução do conceito de empresa para além de seu ambiente interno. Na medida em que a empresa está inserida na sociedade, observa-se uma relação de interdependência entre ambas.”

Uma empresa socialmente responsável investe no bem-estar de seus empregados, no desenvolvimento da comunidade e na preservação do meio-ambiente, tendo como objetivo a valorização de sua imagem.

“Ter responsabilidade social é ser uma empresa que cumpre seus deveres, busca seus direitos e divide com o Estado a função de promover o desenvolvimento da comunidade; enfim, é ser uma empresa cidadã que se preocupa com a qualidade de vida do homem na sua totalidade.” (Oliveira, 2002, p. 205).

A idéia de RS é cada vez mais discutida. No entanto, a prática do socialmente responsável por uma empresa deve estar inserida no seu conceito de empresa, nos seus objetivos, em suas estratégias, trazendo benefícios tanto para a sociedade como para ela mesma.

“A responsabilidade social, assumida de forma consistente e inteligente pela empresa, pode contribuir de forma decisiva para a sustentabilidade e o desempenho empresarial” (MELO NETO, 1999, p.93).

No Brasil, a idéia de RS começou a ser discutida nos anos 1960 com a criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas - ADCE. Um dos princípios desta associação baseia-se na aceitação por parte de seus membros de que a empresa, além de produzir bens e serviços, possui uma função social voltada para o bem-estar de seus empregados e da sociedade. (TINOCO, 2001)

Na década de 1990 o sociólogo Herbert de Souza (Betinho) lançou a Campanha Nacional de Ação Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, sendo apoiado pelo Pensamento Nacional das Bases Empresariais - PNBE, incentivando todas as empresas a praticarem ações de RS. Na mesma época foi criado o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social pelo empresário Oded Grajew. O instituto Ethos serve como ligação entre os empresários e as ações sociais, tendo com objetivo a disseminação da RS. (TOLDO, 2002)

A partir de então, vários projetos foram criados como, por exemplo, a Fundação do Instituto Coca-Cola no Brasil, que implica na implantação de um projeto que valoriza o jovem brasileiro; o Instituto que pertence a C&A Loja de Departamentos que desenvolve projetos na área de educação de crianças e adolescentes, e muitos outros projetos sociais desenvolvidos por empresas nas comunidades onde atuam.

Segundo Toldo (2002, p. 100):

“A Responsabilidade Social está se transformando em uma das estratégias mais importantes para as empresas brasileiras. Além do preço e da qualidade esperada, participar efetivamente no desenvolvimento de seus públicos faz as empresas perceberem que isto também satisfaz seus clientes, ou melhor, conquista-os. Se, antigamente, a empresa era alienada de seu ambiente, hoje deve atuar na comunidade para que possa garantir sua sobrevivência”.

A credibilidade das organizações depende da ética e da transparência no desenvolvimento de ações sociais, possibilitando para as empresas benefícios como: lealdade e maior comprometimento por parte dos empregados; fortalecimento de sua imagem; além de contribuir para sua legitimidade perante o governo e sociedade.

As empresas então passam a se preocupar com suas obrigações sociais e a forma como essas atitudes estão sendo demonstradas para seus *stakeholders* (empregados, clientes, fornecedores, governo, sindicatos, acionistas, ONGS, pesquisadores, instituições financeiras, comunidade onde atua e a sociedade em geral). Para isso, as empresas têm utilizado de relatórios, como o Balanço Social.

O BS pode ser entendido como um demonstrativo cuja finalidade é demonstrar o grau de comprometimento da instituição com a sociedade e com o meio ambiente. Além de divulgar os investimentos realizados, o BS evidencia os resultados obtidos e conseqüentemente os desafios que estão por vir.

“O Balanço Social deve ser transparente, no reporte da informação financeira, econômica e social. Isto implica em responsabilidade e dever de comunicar com exatidão e diligência os dados de sua atividade, de modo que a sociedade e os distintos núcleos que se relacionem com a entidade possam avaliá-la, compreendê-la e, se entenderem oportuno criticá-

la.”(*Banco de Bilbao- Balance Social del Grupo Bancário*, Espanha, 1982; *apud* Tinoco, 1984 p. 10).

Segundo Kroetz (2000, p.79), “o Balanço Social tem como objetivo genérico suprir as necessidades de apresentação de informações de caráter social e ecológico.” O BS tem sido o instrumento utilizado para demonstrar o grau de transparência das organizações com relação às ações desenvolvidas, trazendo consigo indicadores relevantes aos mais diferentes usuários da informação. Através do BS são divulgadas informações sociais e ecológicas, unindo assim, a empresa e a sociedade.

Tinoco (1984 p. 45) afirma que “Não existe aí um balanço para acionistas e um balanço para pessoal. O mesmo documento reúne os indicadores úteis para julgar a situação econômica e para apreciar os dados sociais.”

O Balanço Social contém um conjunto de informações que complementam as que são divulgadas nos relatórios contábeis tradicionais (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Relatório da Administração, Notas Explicativas e Quadros Analíticos Suplementares) elaboradas de acordo com os “Princípios Fundamentais de Contabilidade” e divulgadas em conformidade com o art.176 da Lei nº 6.404, de 15-12-76 (Lei das Sociedades por Ações).

Para kroetz (2000 p. 68), o Balanço Social é “um instrumento de auxílio na gestão da entidade contribuindo para a melhora da estrutura organizacional, da informação e da comunicação, da produtividade, da eficácia e eficiência”. Afirma ainda que “O Balanço Social propicia a criação de um extenso banco de dados, que analisado, pode gerar um número considerável de informações, de acordo com o interesse e necessidade do usuário, seja ele interno ou externo” (KROETZ, 2000 p. 118).

Dessa forma, o BS atua como ferramenta importantíssima para se avaliar o conceito de sustentabilidade aplicado nas instituições. Destacam-se entre os indicadores contidos no BS, que evidenciam ações de sustentabilidade da organização:

- Política de higiene e segurança na organização;
- Política de preocupação com o meio ambiente;
- Envolvimento com a comunidade externa.

A publicação de BS ou relatórios sociais não é recente, portanto é difícil definir uma data correta de sua origem. Sabe-se que na Europa, o surgimento de atos a favor da RS forçou a elaboração de relatórios que continham dados a respeito de ações nesse campo. Movimentos sociais clamavam por maiores informações sobre empregos e condições de trabalho nas empresas. A partir daí, as organizações começaram a prestar contas de suas atuações e objetivos sociais.

Na Alemanha, em 1971, a Companhia *Steag* produziu um relatório de suas atividades sociais. Em 1972, na França, a empresa *Singer* produziu um relatório que pode ser chamado de primeiro Balanço Social. Surgiram ainda nessa época, as primeiras leis obrigando o desenvolvimento de publicações do BS. Em 1977 o governo francês passou a exigir a divulgação do BS para empresas com mais de 750 empregados (*Lei nº 77.769 du Juillet 1977 relative au bilan social de l'entreprise*). Esta lei ficou conhecida como *Rapport Sudreau*. (RIZZI, 2002)

Através da Lei nº 141 de 1985, o governo português também tornou obrigatória a elaboração do BS para todas as empresas públicas e para as empresas privadas com mais de

cem empregados. Em outros países, também surgiram leis a respeito da obrigatoriedade do Balanço Social, cada uma enfocando áreas mais pertinentes aos seus anseios e necessidades. (ARAÚJO, 2003)

O surgimento do BS no Brasil é bem mais tardio que na Europa e nos Estados Unidos. A Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas - ADCE em 1974, aspirou os primeiros ideais sobre o BS. Anos mais tarde, na década de 1980, o Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social - FIDES, ligado a ADCE elaborou um modelo de BS. Em meados dessa década, surgiram as primeiras publicações de BS das empresas. Em 1984 a Nitrofértil, uma empresa baiana, divulgou um relatório sobre os aspectos sociais da empresa. Essa publicação foi considerada o primeiro BS no Brasil. (RIZZI, 2002)

Mas o grande impulso ao desenvolvimento e o ganho de uma maior projeção de divulgação do BS no Brasil veio somente em 1997. Através do sociólogo Betinho, juntamente com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, lançou uma campanha em prol da publicação anual do BS, alegando ser “o primeiro passo para uma empresa tornar-se uma verdadeira empresa cidadã”. Assim, foi lançado o selo Balanço Social IBASE/BETINHO, que é conferido anualmente a todas as empresas que publicam o BS nos moldes propostos pelo IBASE. (MARTINS *et. al.* 2003)

Independentemente de qual seja o ramo que a organização atue, é necessário que a sociedade tenha conhecimento do papel social que ela exerce. Dessa maneira, as Instituições de Ensino Superior - IES não podem ser diferentes, pois as mesmas são criadas para oferecer benefícios à sociedade de cunho educativo, tecnológico, social, cultural, econômico ou moral.

Ter compromisso social é ter ética, e no caso das IES, é lutar, comunicar com a sociedade e colocar em prática o fazer universitário, aproximando a universidade de setores socialmente excluídos. No entanto, este assunto já é discutido em todo o mundo há algum tempo. “A Responsabilidade Social da Universidade” foi o tema do XXV Congresso Mundial da Pax Romana, realizado em Montevideu – Uruguai – em 1962. Desde essa época percebia-se que a universidade exerce papel importante na solução de problemas sociais.

A universidade é um agente transformador do ser humano, e ter ética em sua administração é um fator primordial para se transformar a sociedade. No caso das IES a ética deve estar presente nas relações com os alunos, funcionários, governo, meio ambiente e principalmente com a sociedade. Os relatórios elaborados pelas IES não mostram com a devida transparência os gastos realizados com o corpo docente e administrativo; os investimentos com infra-estrutura e laboratórios; os gastos com pesquisas, extensão e outras bolsas; os serviços prestados à comunidade acadêmica e local; além de políticas de preservação ambiental.

O BS seria a ferramenta mais eficaz de demonstrar os gastos com a comunidade interna e externa. Também é objeto de auxílio para os gestores, ajudando-os assim a planejar, distribuir e controlar os recursos, a fim de criar melhorias nas condições futuras da entidade. Por isso, o BS não deve ser visto como um instrumento de análise somente no âmbito social, sendo importante na tomada de decisões de dois assuntos: o didático-pedagógico e o administrativo-financeiro. Nunca podendo esquecer do mais importante que é a transparência dos atos e fatos administrativos. (Negra *et. al.* 2002)

Na área pública ainda não se tem conhecimento de IES que elaborem tal demonstrativo. Porém, as instituições públicas devem evidenciar para a sociedade sua preocupação com o desenvolvimento social e transparência da gestão, sendo o BS a maneira mais eficaz de demonstrar para a sociedade como estão sendo desenvolvidas essas ações. (KROETZ, 2000).

Nesse contexto, as Instituições Públicas de Ensino Superior - IPES, não podem ser alheias à aplicação do conceito de sustentabilidade. São as IES e, principalmente as IFES, que possibilitam na atual realidade do país, as maiores chances de ascensão social e amparo às comunidades com problemas na sua estrutura social. Atender aos anseios da sociedade é o dever das instituições públicas, pois estas são constituídas para este fim. Portanto, muitas vezes elas são questionadas sobre o cumprimento da sua responsabilidade social e principalmente quanto a ética e transparência.

Conforme diz Veloso (2005, p.5) “Parece lícito afirmar, então, que hoje em dia as organizações precisam estar atentas não só a suas responsabilidades econômicas e legais, mas também a suas responsabilidades éticas, morais e sociais.”

Na administração pública, é indispensável que se promova a *accountability*. O termo *accountability* é evidenciado por meio da ética, da transparência na prestação de contas e pelo desempenho da RS. Sobre tal assunto, Ventura (2005, p. 267) assevera:

“O exercício da *accountability* é determinado pela qualidade das relações entre governo e cidadão. O desenvolvimento da consciência popular é fundamental para a democracia e, portanto, para o posicionamento responsável no âmbito do serviço público. A falta de organização da sociedade civil e de transparência nas organizações burocráticas do governo, no caso brasileiro, é empecilho para um controle efetivo do público sobre o Estado.”

Estes elementos citados anteriormente são essenciais para que as instituições públicas garantam a confiabilidade e acima de tudo permitam a democracia.

### 3. METODOLOGIA

Considerando o objetivo da pesquisa, segundo definido por Andrade (1995), o presente estudo é classificado como pesquisa descritiva, pois os fatos serão observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem interferência do pesquisador sobre eles. Segundo a autora inclui-se neste tipo de pesquisa a maioria daquelas desenvolvidas nas ciências humanas e sociais, incluindo levantamentos socioeconômicos.

Foi realizado um levantamento teórico, abrangendo os aspectos relacionados à Responsabilidade Social - RS e ao Balanço Social - BS, constando de um resgate histórico até as discussões mais recentes.

Como algumas instituições privadas de ensino superior têm elaborado e publicado BS, uma análise das informações constantes destes relatórios foi realizada, pois como afirma Oliveira (1997), o estudo descritivo possibilita o desenvolvimento de um nível de análise em que se permite identificar as diferentes formas dos fenômenos, sua ordenação e classificação.

Foram estudadas também as diretrizes propostas no Sistema de Avaliação da Educação Superior – SINAES, que contemplam a RS na avaliação das instituições de ensino superior, por ser esse um tipo de estudo, segundo Oliveira (1997) que permite ao pesquisador a obtenção de uma melhor compreensão do comportamento de diversos fatores e elementos que influenciam determinado fenômeno.

Como última etapa foi elaborada uma proposta de BS que poderá ser utilizada pelas IFES e também por outras instituições de ensino superior.

### 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A UFSJ apresentou um grande crescimento nos últimos anos e a necessidade de divulgar um Balanço Social - BS se faz na medida em que a sociedade vê a Universidade

aumentando sua atuação interna e externa, com crescente influência na cidade, na região e em todo o estado.

Após longo processo de pesquisa, onde se buscou modelos de BS de empresas privadas, de economia mista e de outras universidades, todas privadas, chegou-se ao levantamento de alguns modelos que seriam úteis à pesquisa.

Este modelo proposto de BS visa contribuir na governança e transparência pública, no processo decisório e planejamento estratégico das funções administrativas, de ensino, pesquisa e extensão da UFSJ, por meio da incorporação de variáveis sociais, econômicas e ambientais, na auto-avaliação institucional, nos valores, na missão e na visão do projeto UFSJ.

Foram abordados como principal critério de divisão desse modelo, as atividades fins da instituição, no caso Ensino, Pesquisa e Extensão. O Balanço foi dividido em títulos e subtítulos, com a apresentação de uma numeração que relaciona subitens a um grupo maior, onde se buscaram distinguir, dentro de um contexto principal, as ações e resultados ligados às atividades fins. Colunas referentes a porcentagens estão disponíveis, para facilitar uma visualização da evolução dos dados ao longo dos anos contemplados no modelo.

Por fim, o modelo de BS busca dar destaque à atuação da Universidade nas áreas ambientais, sociais e culturais. Projetos e eventos conhecidos nacionalmente são contemplados, além de outras ações que não possuem grande visibilidade.

O modelo propõe a periodicidade de publicação anual, mas sempre contemplando os resultados de três exercícios anuais, para uma visão longitudinal dos resultados, o que propicia um retrato da dinâmica do processo de implementação de um modelo de gestão universitária sustentável. Propicia também uma análise mais adequada da gestão, uma vez que o mandato do reitor das Universidades Federais é de quatro anos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obrigatoriedade do Balanço Social - BS é um tema a ser discutido, mas o que vale destacar não é a sua imposição, e sim, sua importância social, a difusão da Responsabilidade Social - RS e a transparência das organizações para com a sociedade. A demonstração de suas realizações sociais é cada vez mais importante para a sobrevivência e imagem das entidades, e não é somente através de uma obrigatoriedade que isso será conseguido.

É eminente a preocupação das universidades em demonstrar suas ações sociais para a sociedade. Assumindo a RS, as Instituições de Ensino Superior - IES estão contribuindo para o desenvolvimento cultural, ambiental, econômico e social deste país. Segundo a Unesco *apud* Petrelli, (2004 p. 53) a atuação das IES deve ser “ainda maior no fomento dos valores éticos e morais na sociedade” objetivando buscar “soluções para os distintos problemas científicos, educacionais e culturais, relacionados com a sociedade em geral” .

No entanto, os relatórios elaborados pelas IES não mostram com a devida transparência os gastos realizados com o corpo docente e administrativo; os investimentos com infra-estrutura e laboratórios; os gastos com pesquisas, extensão e outras bolsas; os serviços prestados à comunidade acadêmica e local; além de políticas de preservação ambiental.

Para Petrelli (2004, p. 58) “O Balanço Social surge como um dos instrumentos fundamentais nesse processo, capaz de contribuir para que o papel social, que constitui a essência da universidade, seja divulgado, e reconhecido e avaliado pela sociedade”.

A Instituição tem a obrigação de fazer seu papel de agente social, agindo sempre em prol da sustentabilidade. E as Universidades Federais ao praticar e demonstrar suas ações sociais para a comunidade interna e externa, cumprem o seu dever de devolver para a sociedade que a mantém, os seus benefícios na forma de um relatório social. No entanto, não encontramos em nossas pesquisas nenhuma universidade federal do Brasil que elabora e publica o BS.

Sendo um trabalho pioneiro e dentro de suas limitações, sujeito à críticas, o modelo de BS possibilitará a UFSJ relatar a todos os usuários da informação, seu compromisso com a sociedade, possibilitando uma maior transparência em sua gestão.

## 6. ANEXO



### Resumo do Balanço Social 200X

<b>1 - APRESENTANDO A UFSJ</b>							
Nome da Instituição							
Missão							
Inserção Regional							
Classificação MEC / Porte							
Classificação do ENADE							
Número de Campi							
Área física							
Restaurante Universitário							
Moradia Estudantil							
Ambulatório Médico							
Frota de veículos							
Museus							
Processo de admissão de funcionários							
Valor do Patrimônio							
<b>CONTINUA</b>							
<i>Adota critérios Éticos de Responsabilidade Social e Ambiental na seleção de parceiros e prestadores de serviços? Sim ( ) Não( )</i>							
<b>2 - FONTES DE RECURSOS</b>		<b>200X</b>	<b>%</b>	<b>200Y</b>	<b>%</b>	<b>200Z</b>	<b>%</b>
<b>2.1 - RECEITAS TOTAIS</b>							
<b>2.1.1 - TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS</b>							
<b>2.1.2 - CONVÊNIOS E DESTAQUES</b>							
MEC							
Outros Ministérios							
<b>2.1.3 - RECURSOS DE ORÇAMENTO PRÓPRIO</b>							
Aluguéis							
<b>CONTINUA</b>							
<b>3 - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS</b>							
<b>3.1 - DESPESAS TOTAIS</b>							
<b>3.1.1 - ENCARGOS SOCIAIS</b>							
<b>3.1.2 - VENCIMENTOS E PROVENTOS</b>							
Ativos							



Aposentados						
Pensionistas						
<b>3.1.3 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL</b>						
Professores substitutos						
Gastos diversos com pessoal						
<b>3.1.4 - BENEFÍCIOS A SERVIDORES</b>						
Auxílio Pré-Escolar						
Auxílio Transporte						
<b>CONTINUA</b>						
<b>3.1.5 - RECURSOS APLICADOS NO ENSINO</b>						
Núcleo de Educação à Distância						
Funcionamento dos cursos de graduação						
Cursos de pós-graduação Lato Sensu						
Transporte de estudantes						
Bolsas de monitoria						
Seguros a estagiários						
Outras despesas						
<b>3.1.6 - RECURSOS APLICADOS NA PESQUISA</b>						
Cursos de pós-graduação Stricto Sensu						
Pesquisa Universitária e Difusão de Resultados						
Bolsas de Iniciação Científica						
Outras despesas						
<b>3.1.7 - RECURSOS APLICADOS NA EXTENSÃO</b>						
Atividades de Extensão						
Bolsas de Extensão						
Outras despesas						
<b>3.1.8 - OUTROS RECURSOS APLICADOS</b>						
Ampliação do acervo bibliográfico						
Modernização e ampliação da infra-estrutura						
Capacitação de Servidores						
Adequação para Portadores de Necessidades Especiais						
Coleta de materiais recicláveis						
Bolsas de Atividade						
<b>CONTINUA</b>						
<b>4 - A UFSJ E SEUS FUNCIONÁRIOS</b>						
<b>4.1 - NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS</b>						
<b>4.2 - ADMISSÕES DURANTE O PERÍODO</b>						
Admissões temporárias						
Admissões de efetivos						
Transferências						
Funcionários cedidos por outros órgãos						
<b>4.3 - REDUÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL</b>						
Exonerações						
Demissões						
Aposentadorias						
<b>CONTINUA</b>						
<b>4.4 - DÉFICIT DE FUNCIONÁRIOS</b>						
<b>4.5 - INDICADORES SOBRE O CORPO FUNCIONAL (EFETIVOS)</b>						

Funcionários com até 20 anos de idade						
Funcionários de 21 a 30 anos de idade						
<b>CONTINUA</b>						
Número de mulheres						
Número de homens						
Números de negros						
Números de brancos						
Número de Portadores de Necessidades Especiais						
Número de estrangeiros que trabalham na Instituição						
<b>4.5.1 - CARGOS DE CHEFIA</b>						
Cargos de chefia ocupados por mulheres						
Cargos de chefia ocupados por homens						
<b>CONTINUA</b>						
Idade média das mulheres no cargo de chefia		X		X		X
<b>CONTINUA</b>						
<b>4.5.2 - CARGOS DE CONFIANÇA</b>						
Mulheres						
Homens						
Negros						
Branco						
<b>4.5.3 - COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS</b>						
<b>CONTINUA</b>						
<b>4.6 - INDICADORES SOBRE O CORPO FUNCIONAL (TEMPORÁRIOS)</b>						
<b>CONTINUA</b>						
<b>5 - QUALIFICAÇÃO DO CORPO FUNCIONAL</b>						
<b>5.1 - NÚMERO DE DOCENTES EFETIVOS</b>						
<b>5.1.1 - PÓS-DOCTORES</b>						
Homens						
Mulheres						
Negros						
Branco						
<b>5.1.2 - DOCTORES</b>						
<b>CONTINUA</b>						
<b>5.1.3 - MESTRES</b>						
<b>CONTINUA</b>						
<b>5.1.4 - ESPECIALISTAS</b>						
<b>CONTINUA</b>						
<b>5.1.5 - GRADUADOS</b>						
<b>CONTINUA</b>						
<b>5.2 - NÚMERO DE DOCENTES SUBSTITUTOS</b>						
<b>5.2.1 - PÓS-DOCTORES</b>						
<b>CONTINUA</b>						
<b>5.3 - NÚMERO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS</b>						
<b>CONTINUA</b>						
<b>5.3.5 - ENSINO MÉDIO COMPLETO</b>						
<b>CONTINUA</b>						
<b>5.3.6 - ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO</b>						
<b>CONTINUA</b>						

<b>5.3.7 - ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO</b>						
<b>CONTINUA</b>						
<b>5.4 - DOCENTES EFETIVOS EM PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO</b>						
Pós-Doutorado						
Doutorado						
Mestrado						
Especialização						
<b>5.5 - DOCENTES SUBSTITUTOS EM PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO</b>						
<b>CONTINUA</b>						
<b>5.6 - TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO</b>						
<b>CONTINUA</b>						
<b>6 - VENCIMENTOS</b>						
<b>6.1 - ESTRUTURA SALARIAL DOS DOCENTES EFETIVOS</b>						
Maior salário de Doutor		X		X		X
Menor salário de Doutor		X		X		X
Maior salário de Mestre		X		X		X
<b>CONTINUA</b>						
<b>6.2 - ESTRUTURA SALARIAL DOS DOCENTES SUBSTITUTOS</b>						
<b>CONTINUA</b>						
<b>6.3 - ESTRUTURA SALARIAL DE TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS</b>						
<b>CONTINUA</b>						
<b>7 - UFSJ E OS SEUS CURSOS</b>						
<b>7.1 - GRADUAÇÃO</b>						
Número de cursos no período integral						
Número de curso no período noturno						
Número de cursos à distância						
<b>7.2 - PÓS-GRADUAÇÃO</b>						
Cursos de pós-graduação <i>Lato Sensu</i> presencial						
Cursos de pós-graduação <i>Lato Sensu</i> à distância						
Programa de pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> (Mestrado)						
Programa de pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> (Doutorado)						
<b>8 - UFSJ E SEUS ESTUDANTES:</b>						
<b>8.1 - GRADUAÇÃO</b>						
<b>8.1.1 - VAGAS OFERECIDAS</b>						
Vagas oferecidas período integral						
Vagas oferecidas período noturno						
Estudantes matriculados no período integral						
Estudantes matriculados no período noturno						
Estudantes em Mobilidade Estudantil na UFSJ						
Mobilidade Estudantil em outra Instituição						
Estudantes com matrícula trancada						
Estudantes transferidos para a UFSJ						
Estudantes transferidos para outra Instituição						
Estudantes portadores de diploma de curso superior						
Estudantes em disciplina isolada						
Estudantes naturais de São João del-Rei						
Estudantes naturais de outras cidades						
Estudantes naturais de Minas Gerais						

Estudantes de outros Estados					
Estudantes estrangeiros na graduação					
Estudantes em intercâmbio na UFSJ					
Estudantes em intercâmbio em outra Instituição					
Estudantes oriundos de Escolas Públicas					
Estudantes oriundos de Escolas Particulares					
Estudantes Portadores de Necessidades Especiais					
Estudantes mulheres					
Estudantes homens					
Estudantes negros					
Estudantes brancos					
Estudantes desistentes					
Formandos no ano 200X					
<b>8.1.2 - ESTUDANTES FORMADOS ATÉ 200X</b>		X		X	X
<b>8.1.3 - FAIXA ETÁRIA DOS INGRESSANTES</b>					
Até 18 anos					
De 19 a 20 anos					
De 21 a 23 anos					
<b>CONTINUA</b>					
<b>8.2 - PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU</b>					
<b>8.2.1 - VAGAS OFERECIDAS</b>					
Número de estudantes matriculados					
Bolsas oferecidas					
Estudantes desistentes					
Estudantes que concluíram o curso até 20x0		X		X	X
<b>8.3 - PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU</b>					
<b>8.3.1 - VAGAS OFERECIDAS NO MESTRADO</b>					
Número de estudantes matriculados no Mestrado					
<b>CONTINUA</b>					
<b>8.3.2 - VAGAS OFERECIDAS NO DOUTORADO</b>					
Número de estudantes matriculados no Doutorado					
<b>CONTINUA</b>					
<b>9 - PROJETOS, BOLSAS E AÇÕES SOCIAIS</b>					
<b>9.1 - ENSINO</b>					
Número de bolsas de Monitoria		X		X	X
<b>9.2 - EXTENSÃO</b>					
Projetos		X		X	X
Cursos		X		X	X
Programas		X		X	X
Eventos		X		X	X
Bolsistas		X		X	X
Estudantes voluntários		X		X	X
Professores envolvidos		X		X	X
Técnicos envolvidos		X		X	X
Comunidade externa beneficiada		X		X	X
Empresas Juniores		X		X	X
Estudantes que participam de Empresas Juniores		X		X	X
Pessoas beneficiadas pelas Empresas Juniores		X		X	X

Incubadoras		X		X		X
Estudantes que participam de Incubadoras		X		X		X
Número de organizações Incubadas		X		X		X
<b>9.3 - PESQUISA</b>						
Projetos de Iniciação Científica		X		X		X
Bolsistas de Iniciação Científica (Fapemig)						
Bolsistas de Iniciação Científica (Cnpq)						
Bolsistas de Iniciação Científica (UFSJ)						
Bolsistas de Iniciação Científica (FAUF)						
Estudantes voluntários de Iniciação Científica (PIIC)						
Professores envolvidos com Iniciação Científica		X		X		X
Estudantes Bolsistas PET/CAPES						
Estudantes Bolsistas PIBIC JR						
Estudantes Bolsistas PEC-G						
Número de Grupos de Pesquisa		X		X		X
Números de Linhas de Pesquisa		X		X		X
Números de pesquisadores		X		X		X
Teses defendidas por alunos		X		X		X
Teses defendidas por professores		X		X		X
Dissertações defendidas por alunos		X		X		X
Dissertações defendidas por professores		X		X		X
Livros publicados		X		X		X
Publicações qualificadas pela CAPES						
Outras Publicações						
Eventos científicos realizados pela UFSJ		X		X		X
Número de Semanas Acadêmicas		X		X		X
Patentes requeridas		X		X		X
Outras informações relevantes		X		X		X
<b>10 - DADOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS:</b>						
<b>10.1 - PROGRAMAS AMBIENTAIS</b>						
Coleta Seletiva de Lixo		<i>Sim ( )</i> <i>Não( )</i>		<i>Sim ( )</i> <i>Não( )</i>		<i>Sim ( )</i> <i>Não( )</i>
Utilização de Produtos Recicláveis		<i>Sim ( )</i> <i>Não( )</i>		<i>Sim ( )</i> <i>Não( )</i>		<i>Sim ( )</i> <i>Não( )</i>
Reflorestamento		<i>Sim ( )</i> <i>Não( )</i>		<i>Sim ( )</i> <i>Não( )</i>		<i>Sim ( )</i> <i>Não( )</i>
<b>10.2 - PROJETOS, PROGRAMAS SOCIAIS E CULTURAIS</b>						
<b>10.2.1 - ECONOMIA SOLIDÁRIA</b>						
Pessoas participantes do programa		X		X		X
Pessoas beneficiadas		X		X		X
<b>10.2.2 - TROTE SOLIDÁRIO</b>						
<b>10.2.3 - PROGRAMAS PARA A TERCEIRA IDADE</b>						
<b>10.2.4 - PROCAD</b>						
<b>10.2.5 - EDUCAFRO</b>						
<b>10.2.6 - EXPRESSIONS</b>						
<b>10.2.7 – CONSÓRCIO SOCIAL DA JUVENTUDE</b>						
<b>10.2.8 - INVERNO CULTURAL</b>						

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. São Paulo: Atlas, 1995.

ARAÚJO, Francisco José. **Auditando o Balanço Social**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, CFC, v.32, n. 140, p. 82-89, mar./abr. 2003.

ASHLEY, Patrícia Almeida. Coordenação. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

ASHLEY, Patrícia Almeida. Coordenação. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2005.

BERNARDO, Denise Carneiro dos Reis; MADEIRA, Geová José. **Balanço Social – O caso das empresas juniores do Estado de Minas Gerais – transformando o tempo em qualidade de vida**. Revista Mineira de Contabilidade. Belo Horizonte, v. 4., n. 10, p. 12-19, abr./jun. 2003.

BRASIL. Lei nº. 10.861, de 14 abril 2004. Brasília: Governo Federal, 2004. Versão digital.

CALIXTO, Laura. **Vinte anos de discussão sobre o Balanço Social**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, CFC, v. 34, nº 155, p. 22-35, set./out., 2005.

ETHOS DEBATE. Regulamentação da responsabilidade social empresarial. 21 out. 2003. Instituto Ethos. Disponível em <[www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)>. Acesso em: 20. jan. 2003.

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanço Social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanço Social: uma proposta de normatização**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, CFC, v. 30, nº 129, p. 52-63, mai./jun.2001.

MARTINS, Caroline Miriã Fontes; BERNARDO, Denise Carneiro dos Reis, MADEIRA, Geová José. **Origem e evolução do Balanço Social no Brasil**. Revista Mineira de Contabilidade, Belo Horizonte, v. 4, n. 9, p 6-11, jan./mar. 2003.

MELO NETO, Francisco Paulo de. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1999.

NEGRA, Carlos Alberto Serra; TEIXEIRA, Fabrícia Souza; CARMO, Rosemeyre Francisca do. **O Balanço Social na gestão das instituições de ensino superior**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, CFC, v.31, n. 138, p. 69-87, nov./dez. 2002.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, Monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira, 1997.

OLIVEIRA, Fábio Risério Moura de. **Relações Públicas e a Comunicação na Empresa Cidadã**, 2002, p. 205. In: Vários autores. **Responsabilidade Social das Empresas**. São Paulo: Peirópolis, 2002.

ORCHIS, Marcelo A.;Yung, Maurício T. Yung; Morales, Santiago C. **Responsabilidade Social Empresarial**. In: Vários autores. **Responsabilidade Social das Empresas**. São Paulo: Peirópolis, 2002.

PEIXE, Blênio César Severo. **Balanco Social: O poder de difusão da informação**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, CFC, ano 29, n. 122, p. 60-69, mar./abr. 2000.

PEROTTONI, Marco Antonio. **Balanco Social: responsabilidade, padronização e obrigatoriedade**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, v.31, n 134, p. 50-59, mar./abril, 2002.

PETRELLI, Cristina Melim. **O Balanco Social como uma ferramenta gerencial no processo de transparência entre universidade e sociedade**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, CFC, v.33, n.146, p. 48-59, mar./abril, 2004.

RIZZI, Fernanda Basaglia. **Balanco Social e Ação de Responsabilidade Social das Empresas**. In: ASHLEY, Patrícia Almeida (Coord.) **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; Freire, Fátima de Souza. **Balanco social teoria e prática: inclui novo modelo do IBASE**. São Paulo: Atlas, 2001.

SPINELLI, Enory Luiz. **Balanco Social e Responsabilidade Técnica**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, CFC, v. 30,, n. 127, p. 83-90, jan./fev. 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social: Uma abordagem sócio-econômica da Contabilidade**. 1984. Dissertação (Mestrado em Contabilidade)-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo

TOLDO, Mariesa. **Responsabilidade Social Empresarial**. In: Vários autores. **Responsabilidade Social das Empresas**. São Paulo: Peirópolis, 2002.

VELOSO, Leticia H. Medeiros. **Ética, valores e cultura: especificidades do conceito de responsabilidade social corporativa**. In: ASHLEY, Patrícia Almeida (Coord.) **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2005.

VENTURA, Elvira C. Ferreira. **O Banco Central do Brasil**. In: ASHLEY, Patrícia Almeida (Coord.) **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2005.

UFSJ. Resolução CONSU/UFSJ nº 004 de 10 novembro 2004. São João del-Rei: UFSJ, 2004.

#### Site consultados:

- [www.unisul.br](http://www.unisul.br), acessado em 06/09/2005
- [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br), acessado em 06/09/2005
- Balanco Social. Disponível em [www.ibase.org.br](http://www.ibase.org.br), acessado em 06/09/2005
- [www.unisol.org.br](http://www.unisol.org.br), acessado em 04/10/2006
- [www.responsabilidadesocial.com](http://www.responsabilidadesocial.com), acessado em 04/10/2006
- [www.cfc.org.br](http://www.cfc.org.br), acessado em 06/10/2006
- <http://sinaes.inep.gov.br:8080/sinaes/>, acessado em 05/10/2006
- [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br), acessado em 05/10/2006
- [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br), acessado em 26/07/07.